

Eleições europeias de 2014: possibilidades de politização de uma Europa pós-Lisboa e pós-crise do euro.

Bruno Theodoro Luciano

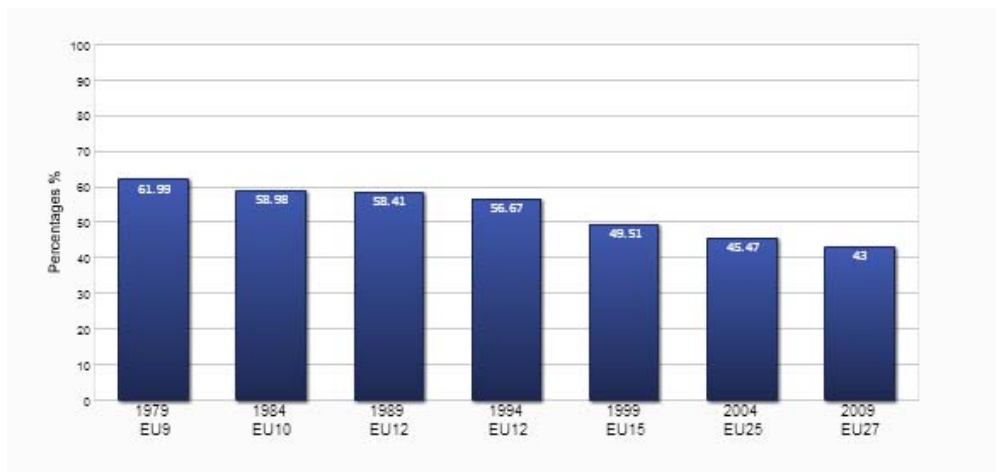
Os países-membros da União Europeia (UE) realizarão eleições para escolha dos membros do Parlamento Europeu entre os dias 22 e 25 de maio de 2014. Esta será a oitava vez que os *eurodeputados* são escolhidos diretamente pelos cidadãos dos países europeus. Constituída nos primeiros anos do processo de integração da Europa, essa instituição parlamentar teve, em seus primeiros anos, a função de aproximar os legislativos nacionais das decisões e políticas tomadas no âmbito regional, além de exercer um controle político sobre as estruturas executivas comunitárias.

Até o final dos anos 1970, os membros da antiga Assembleia Europeia eram indicados indiretamente pelos congressos nacionais. Com o objetivo de reduzir o suposto déficit de democracia e representatividade das instituições europeias, assim como suscitar a politização dos temas europeus entre a população, foram realizadas pela primeira vez, em junho de 1979, eleições diretas para o Parlamento Europeu.

Desde o primeiro pleito de natureza europeia, o Parlamento Europeu ganhou sucessivos poderes institucionais dentro da integração europeia, ocupando na atualidade um papel de colegislador em quase todas as matérias comunitárias, excetuando-se temas de política externa, segurança e defesa. Assuntos que afetam diretamente a vida dos cidadãos da UE são discutidos e aprovados nas reuniões do Parlamento. A saber, entre os temas ratificados nas últimas sessões plenárias estão: reforma do sistema bancário europeu; auxílio a regiões europeias afetadas por catástrofes naturais; regras de origem de produtos comercializados na Europa; e garantia de direitos de aposentadoria para trabalhadores que se mudem de residência dentro da UE. Essa diversidade de assuntos tratados exemplifica a importância e o impacto que o atual Parlamento Europeu tem no cotidiano dos europeus, das formas mais variadas.

O aumento de relevância dessa instituição parlamentar ocorre simultaneamente à forte queda no nível de participação dos cidadãos nas eleições, passando de 61,99% em 1979 para 43% nas últimas eleições de 2009. A antecipação da data eleitoral de junho para maio, o contexto conjuntural de crise nos países da zona do euro e o novo papel dos grupos políticos europeus na definição do candidato à Presidente da Comissão Europeia, órgão executivo e tecnocrático da UE, trazem possibilidades de reversão desse quadro de baixa participação popular e politização das eleições europeias. Resta saber se esses novos elementos podem tornar essas eleições verdadeiramente europeias, haja vista a histórica predominância dos assuntos políticos nacionais e domésticos nas campanhas eleitorais.

Participação nas Eleições Europeias (1979-2009)



Fonte: Parlamento Europeu (2014), disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/en/000cdcd9d4/Turnout-\(1979-2009\).html](http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/en/000cdcd9d4/Turnout-(1979-2009).html) Acesso: 24/04/2014.

Embora os princípios democráticos e representativos para a realização das eleições europeias sejam compartilhados por todos os países europeus (sufrágio universal, direto e secreto), predomina-se a diversidade dos sistemas eleitorais nacionais (diversidade de modelos de listas e circunscções eleitorais). Exemplos disso são as datas eleitorais, as quais são próximas, porém não comuns. Enquanto a maioria dos países da Europa tem a tradição de votar aos domingos, países como o Reino Unido e os Países Baixos votam na quinta-feira.

Por conta do baixo nível de participação eleitoral e da forte concentração das campanhas eleitorais em disputas políticas nacionais, tem-se categorizado as eleições europeias como eleições de segunda ordem, eleições secundárias em relação às eleições para os cargos executivos nacionais. Além da forte presença de discussões partidárias nacionais, lideradas pelos partidos políticos nacionais, os grandes partidos e os partidos no poder tendem a receber menos votos do que os pequenos partidos. Nesse sentido, a escolha dos eleitores em eleições dessa natureza são mais polarizadas e ideologizadas, nas quais os cidadãos têm encaminhado seus votos aos partidos que mais se aproximam de suas preferências ideológicas, e não dos partidos de maior expressão política. O fato de que os partidos políticos nacionais são os atores responsáveis pela seleção e organização da lista de candidatos, bem como das campanhas eleitorais, reforça o caráter nacional e secundário das eleições, esvaziando as características europeias do pleito.

Novas dinâmicas, conjunturais e institucionais, têm trazido à tona possibilidades de maior politização e de participação nas eleições europeias de 2014. A mudança nas datas das eleições de junho (início das férias de verão no continente europeu) para maio pode favorecer a participação de eleitores que não estavam em seus países durante as eleições (o voto da grande maioria dos países europeus é facultativo). Ademais, a crise nos países da zona do euro e a conseqüente crise da integração europeia podem incentivar maior mobilização política acerca dos temas de integração regional e não somente em debates políticos nacionais.

As recentes alterações trazidas pelo Tratado de Lisboa, assinado em 2007, porém somente em vigor após as eleições europeias de 2009 (dezembro de 2009), trazem modificações institucionais relevantes para o papel político do Parlamento Europeu na

UE. Além de aumentar substantivamente os poderes do Parlamento no processo decisório europeu, o Tratado Reformador indica que a nomeação do presidente da Comissão Europeia deve levar em conta os resultados das eleições europeias. A partir de Lisboa, os grupos políticos europeus foram incentivados a apresentar um candidato europeu para a presidência da Comissão.

As famílias políticas europeias são associações dos partidos políticos de diversas nacionalidades a partir de afinidades ideológicas. Enquanto os partidos nacionais são os responsáveis pelas candidaturas e eleição dos eurodeputados, são os grupos políticos europeus que controlam as discussões, a distribuição de cargos e a agenda das atividades internas do Parlamento Europeu. As três maiores e mais antigas forças políticas europeias são os democratas-cristãos, os socialistas e os liberais, sendo que os dois primeiros historicamente têm compartilhado o maior número de deputados europeus no Parlamento.

Grande parte dos grupos políticos europeus apresentaram candidatos à liderança do executivo europeu: Jean-Claude Juncker pelo Partido Popular Europeu (PPE); Martin Schulz, da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas (SD); Guy Verhofstadt, liderança da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa (ALDE) e Partido Democrático Europeu (PDE); Alexis Tsipras da Esquerda Unitária Europeia/ Esquerda Nórdica; e, por fim, os grupos dos Verdes/ Aliança Livre Europeia apresentaram dois candidatos, José Bové e Ska Keller.

As indicações de lideranças europeias para as eleições do PE podem personalizar e politizar o debate político das campanhas europeias. Seis debates políticos com dois ou mais candidatos à presidência da Comissão ocorrerão até a realização das eleições, mediados em língua inglesa, alemã e francesa. Diferentemente das campanhas conduzidas pelos partidos políticos nacionais, as campanhas para a presidência da Comissão buscam trazer um caráter europeu aos debates político-eleitorais.

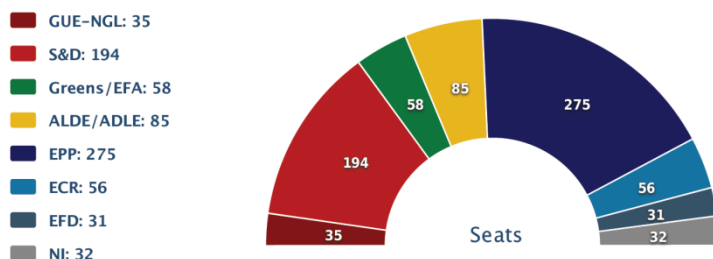
Esse vínculo institucional direto entre a composição partidária do Parlamento Europeu com a presidência da Comissão Europeia é mais um sinal da parlamentarização do sistema político europeu, anteriormente representada pelo aumento progressivo dos poderes do Parlamento na UE. A influência que o quadro político-ideológico do Parlamento passará a ter na composição da Comissão aproxima-se do sistema parlamentarista adotado nos Estados-membros, em que o poder executivo é derivado da configuração do legislativo.

A Comissão Europeia também apresentou algumas recomendações para a realização das eleições europeias deste ano. Dentre essas, instou pela facilitação da informação dos cidadãos a respeito da filiação dos partidos nacionais com as famílias políticas europeias, bem como pela indicação dos candidatos à presidência da Comissão. Essas medidas visam à associação dos partidos nacionais com as preferências e associações políticas europeias. O próprio Parlamento Europeu, nesse sentido, tem uma atuação pedagógica, ao desenvolver uma campanha neutra, muito mais voltada para ilustrar a importância e o significado do Parlamento na UE, assim como das eleições europeias *per se*.

O grande destaque das eleições europeias de 2014 deve ser o papel que os movimentos antieuropeus ou eurocéticos terão nas campanhas europeias e no resultado das urnas. Fruto do contexto pós-crise europeia, espera-se um aumento dos votos para partidos ou grupos políticos de extrema esquerda e direita, o que polarizará a composição política do Parlamento Europeu. São esses grupos que têm historicamente

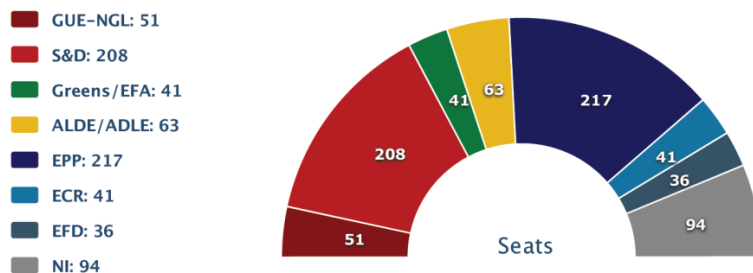
apresentado um posicionamento nacionalista e cético em relação ao processo de integração da Europa.

Composição política atual do Parlamento Europeu



Fonte: Poll Watch (2014). Disponível em: <http://www.electio2014.eu/pollsandsenarios/polls#country> . Acesso: 24/04/2014.

Estimativa de composição política do Parlamento Europeu após eleições



Fonte: Poll Watch (2014). Disponível em: <http://www.electio2014.eu/pollsandsenarios/polls#country> . Acesso: 24/04/2014.

Ainda que na imprensa seja enfatizado o papel dos eurocéticos nas eleições europeias, o debate político mais significativo é sobre qual dos dois maiores grupos políticos europeus (democrata-cristãos e socialistas) deve ser o vencedor das eleições europeias. As últimas pesquisas de opinião têm dado pouca diferença de votos entre essas duas famílias políticas, as quais são ambas tradicionalmente euro-otimistas. É essa vitória eleitoral que, de fato, definirá a força política predominante no Parlamento Europeu e conseqüentemente o nome indicado para Presidente da Comissão Europeia. Tanto o debate anti e pró-Europa quanto a candidatura à Presidente da Comissão podem politizar as próximas eleições, tornando-as mais europeias e menos nacionais.

Independentemente do resultado eleitoral, as eleições europeias devem tornar o peso do Parlamento Europeu nas políticas europeias mais significativo, principalmente por conta do vínculo que o futuro Presidente da Comissão terá com a configuração política do Parlamento. Existe a expectativa de que essa instituição parlamentar passe a exercer maior influência na formulação das decisões europeias e não somente em sua ratificação. Um Parlamento mais importante e poderoso pode ser interessante para países fora da Europa, como o Brasil. A existência de uma delegação do Parlamento Europeu para relações com os países do Mercosul e a recente criação de uma delegação exclusiva para as relações com o Brasil podem se transformar em mecanismos de diálogo relevantes para o contato do país com as instituições que influenciam no processo decisório europeu.